

RUI BARBOSA: DIREITO E LITERATURA

Eduardo Augusto Paglione*



Resumo

Rui Barbosa é geralmente lembrado por sua atuação como jurista ou político. No entanto, é inegável a preocupação com o estilo e a construção poética que se observa no conjunto de sua obra. Ressalte-se, nesse sentido, que se pode encontrar em Rui Barbosa textos voltados essencialmente para a criação literária, sejam estudos críticos, crônicas ou tradução de poesia. Figura polêmica na história, também não são convergentes as opiniões a seu respeito na literatura. Este texto expõe posições divergentes sobre o jurista e escritor, buscando incentivar a pesquisa da obra de Rui Barbosa, principalmente sob a ótica literária.

Palavras-chave

Rui Barbosa, direito, literatura, *Oração aos moços*, crítica literária.

Abstract

Rui Barbosa is generally remembered as a jurist and a politician. However, it is undeniable the concern he had with style and poetic structure in his writings. It should be emphasized, along these lines, that one may find among his writings many texts written mainly for literary purposes such as textual criticism, literary columns, and translations of poetry. Being a polemical historical person, his literary figure was also subject to controversy. The paper shows such divergent opinions about the jurist and the writer, trying to encourage further research into Rui Barbosa's writings, mainly in regard to the literary point of view.

Keywords

Rui Barbosa, law, literature, *Oração aos moços*, literary criticism.

* Formado pela Faculdade de Direito de Marília, Fundação de Ensino Eurípides Soares da Rocha, em 1987. Delegado de Polícia em Assis e Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Letras, área de Teoria Literária e Literatura Comparada na Unesp, Campus de Assis.

Amei sempre as letras sem pretensão, apenas com um prazer do espírito. Nunca tive tempo de ser artista, e ambicionar entre artistas a admiração. Da pena e da palavra nunca me servi senão como de instrumentos espontâneos do dever e da luta. No uso de uma, ou de outra, nunca tive a aspiração de loiros. (Rui Barbosa – Como quiserem)

Toda vez que se menciona Rui Barbosa (1849-1923), é lembrada sua atuação como parlamentar e advogado. Poucos sabem que ele foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras e até mesmo chegou a presidi-la, sucedendo Machado de Assis.

Político combativo, de discursos inflamados, sua atuação como advogado não foi menos apaixonada. Defensor da doutrina do *habeas corpus*, inspirada no modelo inglês, impetrou várias destas ações, sobretudo aos perseguidos politicamente. Duas vezes concorreu à Presidência da República, opondo-se às candidaturas militares, daí serem suas campanhas conhecidas como *civilistas*. Em 1907, advogando em prol das nações mais fracas, em Haia, na Holanda, discutiu e discursou a respeito de prisioneiros e contrabando de guerra, bloqueio, inviolabilidade da propriedade privada no mar, deveres dos neutros em terra. Passou a ser conhecido, desde então, como *Águia de Haia*.

Recusava, no entanto, ser reconhecido como literato. Em discurso célebre, por ocasião de seu jubileu cívico, em 1918, indagou: “Mas qual é, na minha existência, o ato da sua consagração essencial às letras? Onde o trabalho, que assegure à minha vida o caráter de predominante ou eminentemente literária?” (1995, p.685)

Trata-se de pergunta eminentemente retórica, feita em discurso que proferiu durante solenidade em sua homenagem, que se realizava na Biblioteca Nacional. A resposta negativa, assim como o rol de obras que cita, mais parecem uma afirmação de quem reconhece o próprio valor literário:

Não conheço. Traços literários lhe não minguam, mas em produtos ligeiros e acidentais, como o “Elogio do Poeta”, a respeito de Castro Alves; a oração do centenário do Marquês de Pombal; o ensaio acerca de Swift; a crítica do livro de Balfour; o discurso do Liceu de Artes e Ofícios, sobre o desenho aplicado à arte industrial; o discurso do Colégio Anchieta; o discurso do Instituto dos Advogados; o parecer e a réplica acerca do Código Civil; umas duas tentativas de versão homométrica da poesia inimitável de Leopardi; a adaptação do livro de Calkins e alguns artigos esparsos de jornais literários pelo feito ou pelo assunto. Que mais? Não sei, ou de pronto me não lembra (1995, p.685)

É sabido que, nessa época, homens públicos recebiam ser reconhecidos como homens das letras. Em ensaio publicado em 1836, Domingos de Magalhães, por exemplo, já dizia que o Brasil era:

... um país no qual ainda hoje o trabalho dos literatos, longe de assegurar-lhes, com a glória, uma independência individual, e um título de mais, ao contrário parece desmerecê-los, e desviá-los da liga dos homens ‘positivos’, que desdenhosos dizem: é um poeta; sem distinguir se apenas é um trovista, ou um homem de gênio; como se dissessem: eis aí um ocioso, um parasita, que não pertence a este mundo; deixai-o na sua mania. (1999, p.33).

Como se observa, o autor ressalta o preconceito da época com relação ao fazer literário. É natural que em uma nação recém-saída da fase colonial, a cultura, mais particularmente a literatura, não contasse com incentivos. Depreende-se do texto que a cultura equivalia a uma excentricidade perniciosa. Domingos de Magalhães exerceu forte influência na inteligência brasileira do século XIX, com sua defesa do literato. Rui Barbosa, como ávido leitor das produções contemporâneas, provavelmente recebeu influência dessas idéias.

Na década de 50 do século XX, Brito Broca analisa a questão mais detidamente e, após notar que tanto Manoel Antônio de Almeida (*Memórias de um Sargento de Milícias*) como José de Alencar (*O Guarani*) publicaram obras inicialmente sob o anonimato, conclui que “...a literatura, nessa época, já constituía em si mesma um mister secundário”. (1957, p. 104-5) Lembra o fato de que os alunos do Largo de São Francisco preocupavam-se em imitar os versos de Byron, mas deixavam o poeta de lado tão logo adquiriam o diploma, “estabelecendo sempre uma separação nítida entre o literato, o poeta e o magistrado, o parlamentar, o homem sério” (1957, p. 104-5) Por essas colocações constata-se que, efetivamente, não eram bem vistos na sociedade os *homens das letras*. Os estudantes, ainda sem compromisso profissional, poderiam divertir-se com leituras e escrituras, o que se aceitava como arroubo da juventude ainda em formação. O profissional, entretanto, haveria de ser *sério*, entendendo-se por isso a pessoa que se mantivesse afastada de produções literárias.

Apesar desse panorama, é inegável, no entanto, a preocupação de Rui Barbosa com o estilo e o caráter literário de sua obra. Tanto que no mesmo ano em que recebe a homenagem na Biblioteca Nacional e faz o discurso já referido (1918), sai pela livraria baiana Catilina seu livro intitulado justamente *Páginas literárias* e, no ano seguinte, pela mesma editora, suas *Cartas políticas e literárias*.

O Brasil, na época de Rui, acabara de rom-

per com Portugal e voltava-se para a cultura francesa, recebendo, de forma significativa, a influência do romantismo, cuja fase áurea se havia iniciado com a Queda da Bastilha (1789). Os livros franceses eram aguardados com ansiedade e lidos em voz alta pela elite. Balzac, Victor Hugo, Chateaubriand, Lamartine, Mme. De Staël, Dumas, Sainte-Beauve, dentre outros, marcaram, direta ou indiretamente, a formação da intelectualidade que procurava criar um estilo puramente brasileiro, com a busca da “cor local” e o afastamento dos “grilhões” lusitanos. No Brasil surgiram, assim, escritores do porte de Machado de Assis, Gonçalves Dias, José de Alencar, Álvares de Azevedo, Joaquim Manuel de Macedo, Franklin Távora, Taunay, muitos deles estudantes de Direito da academia de São Paulo ou Recife.

Rui Barbosa, que iniciou seus estudos jurídicos em Recife, transferiu-se para São Paulo, quando chegou a morar na mesma república de estudantes que Castro Alves e disso deu testemunho em seu *Elogio de Castro Alves*, de 1881:

Estava reservada aos mais saudosos da nossa passagem pelos estudos superiores uma intimidade, que a comunhão do mesmo teto estreitou, na formosa São Paulo, onde a sua musa celebrou uma vez a aliança do Paraguaçu com o Ipiranga, entre as flores agrestes de cuja várzea desfiou prodigamente as pérolas do seus versos, e cujas neblinas, ainda muito mais tarde, vagamente flutuavam nas cismas da sua poesia. Vós conheceis a fraternidade republicana, a incomparável familiaridade de um lar acadêmico, onde uma transparência singular mutuamente revela na mais perfeita limpidez as inteligências e os caracteres (1995,p. 611).

Essa homenagem ao poeta, feita após sua morte, decorre não apenas da admiração pelo literato, mas de uma situação de vida comum. Ambos baianos, estavam distanciados da família, dividiam o mesmo teto e foram influenciados pelo romantismo literário, construindo, a partir desse movimento, as suas produções. Seguiram, a história nos mostra, destinos diferentes, mas não necessariamente opostos, uma vez que ambos foram artífices da palavra.

Rui Barbosa chegou a escrever poesia, embora isso não o tenha notabilizado. Traduziu Leopardi, procurando manter a métrica original do poeta italiano, mas estas traduções são hoje de difícil acesso. O que é especificamente literário, no universo de sua obra, permanece oculto, conforme conclui um de seus mais ferrenhos críticos, Humberto de Campos:

“Escritor abundante, ele é como uma flo-

resta espessa e rica, mas de exploração difícil, pela extensão. Só os indígenas, os que nela nasceram, sabem o lugar em que se encontram os seus tesouros vegetais”. (1940, p.33)

O crítico, percebe-se, parece querer desestimular a pesquisa da obra e limitar a capacidade de apreensão dos estudiosos que, sem terem vivenciado Rui Barbosa e sua época, interessam-se por essa “floresta espessa e rica” e dedicam-se a exploração dos seus “tesouros vegetais”. Humberto de Campos é feliz na metáfora da floresta, principalmente porque, ao pesquisar as *Obras completas* do autor, o estudioso depara-se com livros, artigos, razões forenses, discursos, críticas literárias, traduções, enfim, uma variedade muito grande de textos, que deram origem a diversas coletâneas.

A crítica contemporânea a Rui Barbosa e posterior a ele dividiu-se, ora endeusando-o, ora condenando-o. Se analisarmos os mais famosos críticos literários do final do século XIX e começo do XX, encontraremos, por exemplo em José Veríssimo (1977,p.45), considerações ácidas e mesmo irônicas à atuação de Rui Barbosa no episódio da redação do Projeto de Código Civil. Procurando fazer uma análise mais psicológica, mas sem deixar de ser apaixonada, Araripe Júnior (1966,p.225-47) não hesita em diminuir a importância de Rui, principalmente em artigo em que o compara a Euclides da Cunha. Sílvio Romero (1943,p.446-8), no entanto, conhecido por suas críticas ferinas, diversas vezes elogiou Rui Barbosa, reconhecendo nele seu valor literário, da mesma forma que o fizeram Agripino Grieco (1968,p.127), Ronald de Carvalho (1922,p. 346), Xavier Marques (1933,p. 39), Afrânio Peixoto (1931,p. 329), entre outros. Na década de 50 do século XX, o crítico Eugênio Gomes (1958,p.318) chegou a comparar Rui Barbosa ao Padre Vieira, comparação essa que não agradaria, na atualidade, a um profundo conhecedor da obra vieirense, Alcir Pécora (1994,p.44), que os considera incompatíveis.

Hoje em dia, porém, apesar de nome de escolas e avenidas, Rui Barbosa parece ter entrado no ostracismo, tanto literário quanto jurídico. Na década de 70 do século XX, Antonio Candido, dos mais respeitados críticos literários da atualidade, vaticinou:

Rui Barbosa diminui impressionantemente de estatura à medida que desaparecem os que ainda o ouviram e puderam, assim, testemunhar plenamente a sua verdadeira natureza de produtor de falas, não escritos. Mais uma geração e ele aparecerá (simbolizando quiçá toda uma época da literatura brasileira) como o terrível palrador que na verdade é, inerme ante o silêncio da leitura (1975,p.44).

Candido tentava, com esse argumento, demonstrar que, naquele período, o Brasil padecia de uma *falta de escritores*, o que deu *maior viabilidade ao discurso e ao recitativo* (*Ibid.*). Candido enfatiza, portanto, o caráter de orador de Rui Barbosa e reduz drasticamente a importância do escritor na literatura brasileira, no que foi seguido por Alfredo Bosi: “Há algum tempo, porém, o próprio ‘mito’ (Rui Barbosa) começou a desintegrar-se. Restará, de certo, o símbolo de um estilo de pensar e dizer em que se reconhece de pronto a mentalidade de uma época. Para a história da cultura, não é pouco” (2001,p.259).

Como se observa, Bosi destaca o escritor no espaço da história cultural e, assim como Candido, exclui Rui Barbosa do campo literário, qualificando como *datada* a sua obra. O mérito apontado por Candido, no entanto, de que a obra de Rui era para ser ouvida, não encontra apoio em Humberto de Campos, que, contemporâneo de Rui, chegou a ouvi-lo pronunciando um de seus discursos e narra como isso ocorreu no Senado Federal do Rio de Janeiro, então capital da República:

Derepente, ouço uma voz irritante, antipática, martelada, quebrando o silêncio sepulcral do recinto.

- É ele! - diz-me um dos companheiros, aguçando o ouvido.

- É ele, quem?

- O Rui.

Subi para a tribuna que me haviam destinado. E senti, no meu espírito, o desmoronamento de um castelo de ouro. Pequeno, de sobrecasaca negra, Rui Barbosa tinha diante dos olhos, ao alcance da vista segura, sobre a carteira da bancada, um maço volumoso de tiras de papel, que ia folheando, uma por uma, e passando a taquígrafia, paulatinamente, pois que a sabia de cor! Desci as escadas do velho Senado com uma profunda tristeza no coração. Esmorecia a minha fé, à vista da divindade, diante do santuário (1940,p. 32).

Humberto de Campos, como já dito, era um dos críticos mais ferrenhos que Rui Barbosa teve. É evidente no texto sua intenção de diminuir a grande-

za do orador que chegou a tornar-se lenda. Não é de se crer que sua figura, discursando, fosse tão desprezível como ele refere. Mas esse trecho é um contraponto interessante à posição de Antonio Candido.

Ressalte-se, em outra direção, que o pensamento de Humberto de Campos ganha maior relevância se o relacionarmos com as posições assumidas por Hélio Sodré. Em sua *História universal da eloquência*, o estudioso avalia expressamente as idéias do crítico literário ao concluir que *mais que um homem eloqüente era Rui um retórico, que cansava seus ouvintes. Não tinha porte. Nem voz agradável. Nem gesticulação elegante* (1948,p.410-11). Logo a seguir, como recurso argumentativo, Sodré transcreve o trecho citado de Humberto de Campos, enfatizando, com tal procedimento, sua antipatia à figura de Rui Barbosa.

Contudo, o fato a destacar é que, sendo Rui Barbosa político experiente, sua atuação em Haia e nas campanhas presidenciais são o melhor testemunho de suas qualidades de orador.

A propósito, em 1920 Rui Barbosa comemorava seu jubileu jurídico quando foi escolhido paraninfo pelos formandos da Faculdade de Direito do Largo de São Francis-

co. Relutou, mas acabou aceitando o convite. Entretanto, doente (iria falecer três anos depois), não pôde comparecer à solenidade. Elaborou, então, um discurso que foi lido pelo Prof. Reinaldo Porchat e emocionou os presentes e depois foi publicado pelo jornal *O Estado de São Paulo*. Os alunos, todavia, resolveram publicá-lo em uma separata da “Revista Dionisos”. Faltava ainda um nome para a obra e os próprios alunos o escolheram: “Oração aos moços”. Texto da maturidade do escritor, os recursos literários ali são utilizados com abundância. Eles não se dissociam, entretanto, das idéias do jurista. Aconselhando os novos bacharéis, Rui Barbosa dá um testemunho de tudo o que aprendeu em sua vida. Àqueles que se dedicariam à magistratura e aos que se dedicassem à advocacia, orienta-os e faz exortações. Ao final, retomando idéias que já havia pregado quando de seu exílio na Inglaterra, adverte os *moços* sobre os perigos de uma dominação estrangeira, já vendo o crescimento e a força massacrante da cultura estadunidense.

Uma característica importante desse dis-

curso, que Batista Pereira denominou de *canto do cisne* (1956,p.XXVI), é que Rui Barbosa não padece de modéstia. Em diversas passagens cita a si mesmo como modelo e exemplo, sugerindo que fosse seguido pelos formandos. Mas o que merece destaque nesse texto é, particularmente, sua atualidade. Sua leitura, por aqueles que pretendem melhor conhecer a ação dos chamados “operadores do Direito” é obrigatória. Sua leitura, por aqueles que pretendem deleitar-se com o correto uso do vernáculo e eficiente emprego de recursos literários, é recomendada. Sua leitura, por aqueles que pretendem dedicar sua vida ao Direito, é imprescindível.

Queiram seus detratores ou não, Rui Barbosa tornou-se, na literatura brasileira, um clássico. Em recente entrevista à Revista Veja (10/04/2002), o historiador francês radicado nos Estados Unidos Jacques Barzum pondera que “os clássicos parecem estar afundando rapidamente no esquecimento”. O fato não é novo, uma vez que a Renascença trouxe de volta obras da Antiguidade que estavam completamente perdidas. Sem dúvida, os clássicos a que se refere o autor pertencem à literatura universal e é provável que ele sequer conheça Rui Barbosa. Contudo, o argumento é útil para se entender o motivo do esquecimento do autor brasileiro, pois em países onde a cultura é bem mais valorizada, os livros são mais facilmente adquiridos e autores de maior peso acabam tendo o mesmo destino.

Já sob uma outra ótica, o filósofo Miguel Reale, na década de 30 do século XX, publicou artigo com o título *Rui Barbosa e uma revisão necessária*, no qual defende as idéias do jurista baiano e aponta o motivo de seu esquecimento:

Morto precisamente quando o mundo se despedia da civilização burguesa com todos os seus padrões mentais característicos, a figura do grande jurista tomou tamanho vulto, que, de símbolo da política liberal, passou a representar toda uma cultura vencida (1983,p. 105).

Miguel Reale assinala desta forma um importante aspecto sobre o desinteresse pela produção de Rui Barbosa, ou seja, a sociedade que ele lutou para mudar com seu liberalismo, realizada a mudança, dele se esquece, vendo-o, injustamente, como símbolo do passado. Reale conhecia bem o pensamento de Rui Barbosa, sendo célebre a conferência que proferiu, em 1950, intitulada “Posição de Rui Barbosa no mundo da Filosofia”, que foi editada no mesmo ano pela Fundação Casa de Rui Barbosa.

Em síntese, Rui Barbosa não merece o esquecimento a que foi relegado. Sua obra é um importante monumento cultural que, infelizmente, encontra-

se obliterado, aguardando reconhecimento. Além disso, seus ensinamentos são perfeitamente aplicáveis à sociedade contemporânea.

Embora pouco se estude Rui Barbosa hoje em dia e se ignore o seu estilo literário, sua obra está aí, repleta de idéias e ideais que apóiam posições de juristas e discursos de políticos, em detrimento de toda a celeuma que a envolve. A título de ilustração, saliente-se que os historiadores o condenam por sua política de encilhamento, que implantou quando era Ministro da Fazenda. Não vem ao caso discutir aqui, mas execrar a obra por uma ação de seu autor, seria o mesmo que nos privarmos das óperas de Wagner em virtude de sua discutível conduta pessoal e política. Por outro lado, alguns juristas recordam-se de Rui Barbosa apenas quando tratam da doutrina do *habeas corpus* e outros o acusam de, na elaboração do Código Civil, ter-se estendido em considerações filológicas, sem atentar para a parte jurídica. Em que pesem comentários os mais variados que se possam fazer a respeito da polêmica gramatical em que se envolveu com seu antigo mestre Carneiro Ribeiro, no início do século XX, há de se admitir que o anteprojeto elaborado por Clóvis Bevilacqua, excetuadas as falhas de língua, não precisava de outros reparos.

Quanto aos literatos, influenciados pela Semana de Arte Moderna de 1922, desvalorizam sua produção literária. Os ideais pregados pelos *modernistas de 22* levaram mesmo um de seus mentores, Oswald de Andrade, em seu *Manifesto da poesia Pau-Brasil*, de 1924, a referir-se a Rui Barbosa como *uma cartola na Senegâmbia* (1983,p.326), tal a idéia que faziam do deslocamento de sua obra na cultura brasileira.

Não obstante, Rui Barbosa, jurista e literato (além de jornalista, político, administrador, filólogo), tem uma obra que necessita e merece ser revista e valorizada. Por ser ampla (mais de cem volumes, alguns com diversos tomos), aparentemente desestimula a pesquisa. Entretanto, convida e desafia aqueles que acreditam na capacidade humana de produzir obras de arte com as palavras, convertendo-as em ferramentas para modelar a realidade, criando ou sugerindo as idéias que, divulgadas e difundidas, criam valores e influenciam o meio social.

Notas

¹ Há um sem-número de biografias sobre Rui Barbosa. Uma das primeiras, publicada ainda quando o biografado vivia, é de 1916 (*Ruy Barbosa na política e na história*, de Mário de Lima Barbosa). A mais conhecida e ainda editada, no entanto, é a de Luís Viana Filho, *A vida de Rui Barbosa*.

² A quem tiver interesse em melhor conhecer a história da Academia Brasileira de Letras e, particularmente, os motivos políticos que levaram Rui Barbosa a ser eleito presidente, ainda que não o desejasse, recomenda-se a leitura de *A encenação da imortalidade*, de Alessandra El Far.

³ Defendeu, por meio dessa ação, até mesmo opositores políticos. E explicava: *De cada vez que a lei sofra num dos nossos semelhantes, estaremos invariavelmente ao seu lado. Não temos nada com o seu passado. A sua impopularidade pouco importa. Professa opiniões inconciliáveis com a nossa? Tanto melhor. Assim justamente se assinalará a santidade de um princípio em cuja presença se desarmam e fraternizam as mais fundas divergências* (1995: 28-29).

⁴ A respeito da atuação de Rui Barbosa em Haia, ver *O Brasil em Haia e dez discursos de Rui Barbosa*, do jornalista inglês William T. Stead, traduzido por Arthur Bomilcar, edição definitiva de 1925.

⁵ Gonçalves de Magalhães, no artigo citado, após duras críticas à cultura portuguesa, afirma: *Hoje o Brasil é filho da civilização francesa; e como nação é filho desta revolução famosa, que balançou todos os tronos da Europa (...) Assim tem sempre o Brasil medrado, olhando para a França, e nós nos lisonjeamos que ele não retrogradará, tomando esta grande mestra por guia* (1999: 35-6).

⁶ Para melhor se compreender o sentimento da época, é imprescindível a leitura do ensaio *Instinto de nacionalidade*, publicado inicialmente nos Estados Unidos da América em 1873, e, no Brasil, apenas em 1910, de autoria de Machado de Assis.

⁷ Nem as mais autorizadas coletâneas literárias de Rui Barbosa trazem suas poesias ou mesmo as traduções de Leopardi. Estas últimas, no entanto, podem ser verificadas no livro *Os membros da Academia Brasileira em 1915*, de autoria do advogado Pereira Carvalho e editado no Rio de Janeiro no ano seguinte.

⁸ Nessa obra, Hélio Sodré defende que o maior orador que o Brasil teve foi Moniz Sodré, de cuja biografia descreve detalhes, inclusive da infância, e afirma, sem apontar sua fonte, que Rui Barbosa temia duelar com ele na tribuna. Moniz Sodré, segundo o autor informa, foi Senador pela Bahia.

⁹ Os alunos da Faculdade de Direito de São Paulo, durante muito tempo, mantiveram revistas literárias. *Dyonisos* foi uma delas, que durou apenas seis números, entretanto, o suficiente para eternizar-se como sendo o mensário acadêmico que obteve de Rui Barbosa a autorização para publicar seu discurso de paraninfo.

¹⁰ Embora no discurso não haja referência direta aos Estados Unidos da América, Rui Barbosa diz expressamente sobre o perigo dessa dominação em dois artigos: *Lições do Extremo Oriente*, de 1895 (depois incluído em suas *Cartas de Inglaterra*) e *Chinas americanas*, de 1896.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Oswald de. Manifesto da poesia pau-brasil. In: TELES, Gilberto M. *Vanguarda européia e modernismo brasileiro*. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 1983. p. 326-31.

ARARIPE JUNIOR, Tristão A. *A obra crítica de Araripe Júnior*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura e Casa Rui Barbosa, v. IV, 1966.

BARBOSA, Rui. *Cartas políticas e literárias*. Salvador: Catilina, 1919. 384 p.

_____. *Páginas literárias*. Salvador: Catilina, 1918. 420p.

_____. *Obras seletas de Rui Barbosa: Campanhas jornalísticas*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1957, v. VIII. 361p.

_____. *Escritos e discursos seletos*. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa e Nova Aguilar, 1995. 1094p.

_____. *Oração aos moços*. São Paulo: Casa Editora O Livro e Mensário Acadêmico Dionysos, 1921. 53 p.

BARZUM, Jacques. Apagão na cultura (entrevista). In: *Veja*. São Paulo, 10 de abril de 2002.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 38ª ed. São Paulo: Cultrix, 2001. 528p.

BROCA, Brito. *Homs de leitura*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1957. 306p.

CAMPOS, Humberto de. *Crítica: primeira série*. 4ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940. 354 p.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 5ª ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1975. 427p.

CARVALHO, Ronald de. *Pequena história da literatura brasileira*. 2ª ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Comp., 1922. 401p.

EL FAR, Alessandra. *A encenação da imortalidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. 156p.

GOMES, Eugênio. *Visões e revisões*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1958. 323p.

GONÇALVES DE MAGALHÃES, Domingos J. Ensaio sobre a história da literatura no Brasil (art.) *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS*. Porto Alegre: 1999, v. 5, n° 2.

GRIECO, Agripino. *Poetas e prosadores do Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 1968.

MACIEL, Maximino. *Os membros da Academia Brasileira em 1915*. Rio de Janeiro: Liga Marítima Brasileira, 1916. 630p.

MARQUES, Xavier. *Letras acadêmicas*. Rio de Janeiro: Renascença, 1933. 232 p.

PÉCORRA, Alcir. *Teatro do sacramento*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Campinas: Editora da Universidade de Campinas, 1994. 285 p.

PEIXOTO, Afrânio. *Noções de história da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1931. 349p.

PEREIRA, Batista. Prefácio. In: BARBOSA, Rui. *Oração aos moços*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1956. 100 p.

REALE, Miguel. *Obras políticas: 1ª fase - 1931/1937*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983, t. III. 251p.

ROMERO, Silvio. *História da literatura brasileira*. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, t. V, 1943.

SODRÉ, Hélio. *História universal da eloquência*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948. 441p.

STEAD, William T. *O Brasil em Haia e dez discursos de Rui Barbosa*. Tradução de Arthur Bomilcar. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925. 190p.

VERÍSSIMO, José. *Estudos de literatura brasileira: sexta série*. Belo Horizonte: Itatiaia e Universidade de São Paulo, 1977.

VIANA FILHO, Luís. *A vida de Rui Barbosa*. 8ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio-MEC, 1977. 406p.